MAESTRO FROTAS

Maestro Locadora de Veículos S.A.

CNPJ nº 08.795.211/0001-70

Relatório da Administração

1. A COMPANHIA

A Maestro atua no segmento de Terceirização e Gestão de Frotas de veículos e caminhões através de contratos de longa duração. No final de 2020, a frota total da Maestro era de 3.301 veículos distribuídos em mais de 300 clientes em todo território nacional. A Maestro compra seus veículos diretamente das principais montadoras do país, contando com mix diversificado de fabricantes na sua frota. Durante o prazo dos contratos de locação, tipicamente entre 12 e 60 meses, serviços de manutenção preventiva e corretiva são prestados por 18.000 oficinas com cobertura nacional. A venda de veículos é feita através de parceria com nossa rede de mais de 1.000 lojistas o que nos permite fazer desativação rápida e eficiente, com baixa estrutura fixa e dentro dos parâmetros de precificação estabelecidos. Com a aquisição da Minas Real Vendas e Serviços Ltda. ("Locarcity") no final de 2018 e incorporação integral Maestro Locarcity em 2019, foi possível diversificar geograficamente a nossa atuação comercial, inclusive para a venda de seminovos no canal de varejo. Em 2020 apesar dos efeitos da pandemia causados pelo Covid-19, tivemos resultados que atestaram a resiliência do nosso modelo de negócios, mesmo com a diminuição da atividade econômica geral. Não houve nenhuma consequência adversa no cumprimento de nossos compromissos financeiros ou covenants, bem como mantivemos a carteira de clientes saudável, sem cancelamentos / devoluções antecipadas representativas dos contratos vigentes. A Maestro tem no negócio de locação de longo prazo uma base sólida que permitiu passarmos por um ano desafiador em todos os setores. Nossos alicerces foram determinantes na manutenção dos bons resultados, mesmo num cenário adverso e incomum, trazendo assim confiança para uma retomada consistente de resultados e retornos aos acionistas. Os indicadores de resultado consolidados estão resumidos no mapa abaixo:

(R$ em milhares)	2020 Maestro	2019 Consolidado
Receita líquida	**118.808**	114.913
Custos de locação e venda de veículos	**(83.096)**	(79.282)
Lucro bruto	**35.712**	35.631
(Despesas) receitas operacionais		
Administrativas e gerais	**(17.837)**	(13.731)
Outras receitas operacionais, líquidas	**-**	930
(Despesas) receitas operacionais, líquidas	**(17.837)**	(12.801)
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e tributos	**17.875**	22.830
(Despesas) receitas financeiras		
Despesas financeiras	**(17.567)**	(22.432)
Receitas financeiras	**1.021**	2.452
(Despesas) receitas financeiras, líquidas	**(16.546)**	(19.980)
Lucro antes dos tributos	**1.329**	2.850
Imposto de renda e contribuição social correntes	**(1.360)**	(2.204)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**1.101**	269
Lucro líquido do exercício	**1.070**	916

Para efeito de comparação com o período anterior, utilizaremos o número consolidado de 2019 (última coluna à direita). Este quadro, a exemplo da DF de 2019 demonstra o efeito consolidado de Maestro + Locarcity em todas as linhas do DRE.

2. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

É com prazer que mostraremos a seguir os resultados e conquistas obtidas em 2020. Apesar dos enormes desafios trazidos pelo COVID, a companhia mostra evolução importante em vários aspectos. Com a chegada do COVID em março, a maioria das empresas não priorizaram o tema frota, muitos Bids foram postergados, e a gestão de caixa passou a ser predominante. Mesmo assim, conseguimos atingir níveis elevados de vendas, principalmente no segundo semestre. Continuaremos com foco em equilibrar os produtos da carteira (Leves x Pesados). Ao término de 2020, a carteira de pesados já representava mais de 20% do faturamento de locação, e com clara perspectiva de aumento quando analisamos o pipeline de implantações. Os principais impactos da pandemia para a companhia foram: • Queda na rentabilidade em função de descontos concedidos; • Aumento da PECLD; • Postergação da implantação de frotas, uma vez que as montadoras tiveram muitas faltas de componentes • Menor crescimento, pelo motivo apresentado acima. Mesmo com todos os impactos sofridos, o modelo de negócio se mostrou bastante resiliente, com faturamento de locação ligeiramente inferior e rentabilidade positiva. Em ESG, mantivemos a boa prática de neutralizar o carbono de toda a frota interna da companhia com a plantação de centenas de árvores no Parque Ecológico do Tietê, através da parceria estabelecida com o IBDN (Instituto Brasileiro de Defesa da Natureza). Adicionalmente, temos conquistado boa distribuição de gênero em nosso quadro de colaboradores (52% mulheres), na diretoria executiva (1 diretora e 2 diretores) e no Conselho de Administração (2 conselheiras, equivalente a 40% do total). Agradecemos em nome do nosso time a todos que de alguma forma participaram e contribuíram para a consolidação e desenvolvimento da Maestro em um ano tão desafiador para toda a população mundial. Estamos otimistas com a rápida retomada e crescimento ao longo de 2021!

Fabio Lewkowicz - Diretor Presidente

3. COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO

Em 2020, em um cenário de claros desafios com o advento da pandemia, a Maestro contou com a resiliência e os fundamentos sólidos do negócio para passar de forma consistente e segura o ano, atingindo resultados bastante satisfatórios dadas as condições e incertezas gerais de mercado. O resultado operacional antes de juros e impostos teve como principais fatores de variação: • A redução na receita de locação num ano em que embora não tenhamos tido perdas de contratos relevantes, encontramos dificuldade na implantação de novos contratos com o gargalo de produção e entrega das montadoras, em especial no segundo semestre. • O aumento de PECLD nas despesas operacionais sendo que aproximadamente 50% deste aumento deve-se a um cliente específico contratado em 2019 e sem relação com o impacto da pandemia nos negócios. Recebimentos em geral mais longos, prazos com alguns clientes negociados, mas nível de recebimento geral mantido em 2020. A venda de veículos continuou cumprindo os objetivos de vendas em valores iguais ou acima dos valores residuais projetados, evidenciando a robustez do modelo de precificação adotado e mantendo a trajetória de sólidos resultados dos últimos períodos. Em 2020 os veículos foram vendidos a uma média de 106% do valor contábil de custo, patamar estável em relação a 2019 mesmo com todo o contexto adverso. As despesas financeiras sofreram queda importante devido ao menor endividamento e à queda da Selic ao longo do ano. O lucro antes dos tributos atingiu o patamar de R$1,3milhões mantendo histórico de lucratividade, embora menor, dos últimos anos. Concluímos reafirmando nosso compromisso de continuamente avançar em nossos objetivos de rentabilização do capital investido, atendendo nossos clientes de forma diferenciada, com alto nível de eficiência operacional e solidez financeira. Os números de 2020 confirmam que nosso negócio está estruturado para crescer com lucratividade e enfrentar desafios externos com solidez. Entendemos que os fatores que diminuíram o resultado de 2020 frente ao ano anterior são passageiros e nossa perspectiva é de confiança que continuaremos nossa trajetória de crescimento sustentado para os próximos períodos.

(R$ em milhares)	2020	AV (%)	2019	AV (%)	Variação	2020x2019 (%)
Receita líquida	118.808	100%	114.913	100%	3.895	3%
Bruta de Locação	68.181	57%	72.374	63%	(4.193)	-6%
(-) impostos sobre receita locação	(6.305)	5%	(6.699)	6%	394	-6%
Venda de veículos	56.932	48%	49.238	43%	7.694	16%
Custo de locação e venda de veículos	(83.096)	70%	(79.282)	69%	(3.814)	5%
Lucro bruto	**35.712**	**30%**	**35.631**	**31%**	**81**	**0%**
(Despesas) receitas operacionais adm. e gerais (a)	(17.837)	15%	(13.731)	12%	(4.116)	30%
Outras receitas operacionais (b)	-	-	930	1%	930	-100%
Total operacionais (a)+(b)	(17.837)	15%	(12.801)	11%	5.036	39%
Resultado antes das despesas fin. líq. e impostos	**17.875**	**15%**	**22.830**	**20%**	**(4.955)**	**-22%**
Despesas financeiras	(17.567)	15%	(22.433)	20%	4.866	-22%
Receitas financeiras	1.021	1%	2.452	2%	(1.431)	-58%
Despesas financeiras, líquidas	(16.546)	14%	(19.981)	17%	3.435	-17%
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	**1.329**	**1%**	**2.850**	**2%**	**(1.521)**	**-53%**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(259)	0%	(1.934)	2%	1.675	-87%
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**1.070**	**1%**	**916**	**1%**	**(154)**	**17%**

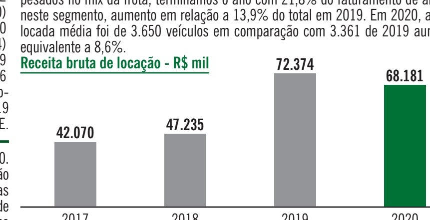
Exercício social encerrado em dezembro de

3.1. RECEITA DE LOCAÇÃO E VENDA DE VEÍCULOS: A receita bruta total é composta de receita de aluguel e receita de venda de veículos.

(R$ em milhares)	2017	2018	2019	2020
Aluguel	42.070	47.235	72.374	68.181
Venda de carros	32.809	19.417	49.238	56.932
Total	**74.879**	**66.652**	**121.612**	**125.113**
Crescimento	2017	2018	2019	2020
Aluguel	4%	12%	53%	-6%
Venda de carros	40%	-41%	154%	16%

Evolução da receita: A receita de aluguel de veículos em 2020 apresentou diminuição de 6% em relação ao ano anterior, atingindo R$68,1milhões. Esta queda ocorreu principalmente pela demora na retomada do ritmo de produção das montadoras pós ajuste pelo Covid, em especial nos últimos meses do ano. Estivessem todos os carros contratados por clientes disponíveis nos prazos usuais, a receita de aluguel teria aumentado em relação ao ano anterior. Também contribuiram para esta queda os descontos pontuais concedidos a clientes no início da pandemia (março-abril) no valor equivalente a R$928mil. A receita de aluguel é composta por veículos leves e pesados. Dentro do alinhamento estratégico de aumentar a participação de pesados no mix da frota, terminamos o ano com 21,8% do faturamento de aluguel neste segmento, aumento em relação a 13,9% do total em 2019. Em 2020, a frota locada média foi de 3.650 veículos em comparação com 3.361 de 2019 aumento equivalente a 8,6%.

Receita bruta de locação - R$ mil



3.2. CUSTO DE LOCAÇÃO E VENDA DE VEÍCULOS:

(R$ em milhares)	2020 Maestro	2019 Consolidado
Custos de manutenção	**(14.509)**	(16.408)
Custos com depreciação	**(17.043)**	(18.194)
Custos Veículos Vendidos	**(53.651)**	(46.380)
Outros Custos c/ Veículos Vendidos	**(979)**	(334)
Custos com pessoal	**(2.290)**	(2.285)
Recuperação créditos PIS/COFINS	**4.133**	4.318
Receita de taxa de administração de multas	**118**	-
Outras receitas (custos) operacionais	**1.125**	-
Total do Custo de Locação e Venda Veículos	**(83.096)**	(79.282)

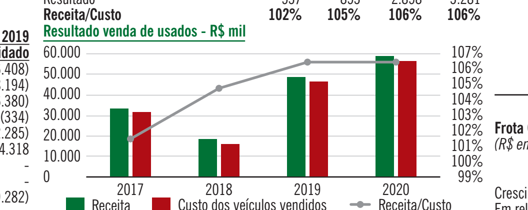
No fim do exercício de 2020, os custos de locação e venda de veículos representaram 70% da receita líquida total, mantendo relativa estabilidade em relação ao patamar do ano anterior. Os custos de venda de veículos totalizaram R$53,6milhões em 2020 aumento de 15,7% em relação ao ano anterior. Em linha com o histórico de vários períodos anteriores, o resultado de venda de veículos foi positivo, tendo a receita de venda de carros subido 16% (nota anterior). Os custos diretos de locação, totalizados sem os custos de venda de veículos, alcançaram R$28,4milhões em 2020, frente ao valor de R$32,5milhões do ano anterior, redução de R$4,1milhões. Vale ressaltar que as contas de "taxa de administração de multas" e "recuperação de custos" foram reclassificadas em 2020 para este grupo "Custo de Locação e Vendas de Veículos". No fechamento de 2019 estavam classificados no grupo "Despesas Operacionais Administrativas e Gerais". Os custos diretos de locação podem ser decompostos em 3 grupos principais: • Custos com depreciação que atingiram R$17,0milhões em 2020, apresentando diminuição de 6,3% em relação ao ano anterior. Este valor equivale a uma depreciação média em 2020 de 9,22% sobre o valor do ativo (veículos) bruto, índice inferior aos 10,3% registrados no ano anterior. O resultado na venda de veículos (vide nota específica) corrobora que a depreciação tem sido corretamente incorporada ao preço do aluguel mensal. • Custos de manutenção (incluindo custo com pessoal) atingiu R$16,8milhões, redução de R$2milhões equivalente a 11% em relação ao ano anterior. Este indicador demonstra o aumento da eficiência operacional ao passar de 10,6% para 9,1% do ativo bruto médio em 12 meses. • Recuperação de crédito de PIS/COFINS, conta credora, que atingiu R$4,1milhões em 2020 frente ao valor de R$4,3milhões em 2019. Redução de 4,6% em linha com a receita de locação. **3.3. LUCRO BRUTO:** O Lucro Bruto atingiu R$35,7milhões redução de 4,7% em relação ao ano anterior em linha com a variação da receita de locação no exercício. **3.4. DESPESAS OPERACIONAIS ADMINISTRATIVAS E GERAIS:**

(R$ em milhares)	2020 Maestro	2019 Consolidado
Despesas gerais e administração		
Despesas com pessoal (Administração/Comercial)	**(6.643)**	(6.627)
Serviços de terceiros	**(1.427)**	(2.236)
Despesas com ocupação	**(665)**	(878)
Despesas gerais	**(1.635)**	(2.057)
PECLD	**(3.470)**	(395)
Reversão de PECLD	**-**	452
Perda com incobráveis	**(1)**	-
Despesa com Depreciação e Amortização	**(1.239)**	(1.116)
Despesas de comunicação	**(371)**	(237)
Impostos sobre outras receitas	**(682)**	(637)
Despesas com IPO e M&A	**(1.704)**	-
Receita de taxa de administração de multas	-	187
Outras receitas (despesas) operacionais	-	742
Total Despesas	**(17.837)**	(12.801)

Para efeito de comparação com o ano anterior, excluiremos despesas não recorrentes de IPO e M&A no valor de R$1.7milhões. A análise dos parágrafos abaixo segue a partir dos números recorrentes de 2020 em relação ao ano anterior. Desta forma, a soma das despesas administrativas e gerais recorrentes de 2020 atingiu R$16,1 milhões (R$17,8 milhões - R$1,7 milhões), o que equivale a um aumento de R$3,3 milhões ou 25,8% em relação à base comparável do ano anterior. Este aumento deve-se principalmente pelo aumento de R$3mm no ano da PECLD. Aproximadamente metade deste valor vem de um único cliente cujo contrato foi iniciado em 2019. Este evento específico não está relacionado com o quadro da pandemia. Vale ressaltar que as contas de "taxa de administração de multas" e "recuperação de custos" foram reclassificadas em 2020 para este grupo "Custo de Locação e Vendas de Veículos". No fechamento de 2019 estavam classificados no grupo "Despesas Operacionais Administrativas e Gerais". **3.5. RESULTADO NA VENDA DE VEÍCULOS - Desativação da frota:** Em 2020, vendemos os veículos seminovos a 106% do custo total, evidenciando solidez na política de precificação e confiável canal de desmobilização. Ao longo dos últimos anos temos vendidos nossos carros através de nossa rede de parceiros lojistas em todo território nacional. O aumento de 16% no volume de vendas deve-se ao maior número de contratos vencendo em relação ao ano anterior.

(R$ em milhares)	2017	2018	2019 Consolidado	2020 Maestro
Receita	32.809	19.417	49.238	56.932
Custo dos veículos vendidos	32.272	18.564	46.380	53.651
Resultado	537	853	2.858	3.281
Receita/Custo	**102%**	**105%**	**106%**	**106%**

Resultado venda de usados - R$ mil

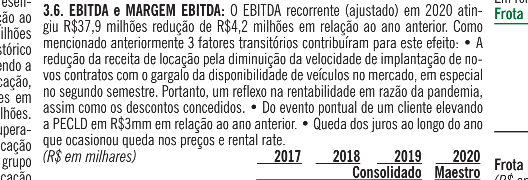


3.6. EBITDA e MARGEM EBITDA: O EBITDA recorrente (ajustado) em 2020 atingiu R$37,9 milhões redução de R$4,2 milhões em relação ao ano anterior. Como mencionado anteriormente 3 fatores transitórios contribuíram para este efeito: • A redução da receita de locação pela diminuição da velocidade de implantação de novos contratos com o gargalo da disponibilidade de veículos no mercado, em especial no segundo semestre. Portanto, um reflexo na rentabilidade em razão da pandemia, assim como os descontos concedidos. • Do evento pontual de um cliente elevando a PECLD em R$3mm em relação ao ano anterior. • Queda dos juros ao longo do ano que ocasionou queda nos preços e rental rate.

(R$ em milhares)	2017	2018	2019 Consolidado	2020 Maestro
EBITDA	21.065	25.368	42.140	36.156
Despesas não recorrentes (*)	-	-	-	1.704
EBITDA Ajustado	21.065	25.368	42.140	37.860
Crescimento EBITDA	24%	20%	66%	-10%
Margem EBITDA Ajustado	**55,2%**	**59,2%**	**64,2%**	**55,5%**

(*) Gastos com IPO

EBITDA (R$ mil) e Margem EBITDA



3.7. DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS: Em 2020, as despesas financeiras líquidas caíram R$3,4m, equivalente a 17%, mesmo com o aumento da dívida bruta média em 8,5%. Sem grandes volumes de novos empréstimos contraídos em 2020 contribuíram de forma importante para esta redução: • Endividamento caindo 9% (vide quadro abaixo). • Queda do cdi que acumulou 2,75% no exercício de 12 meses de 2020 frente a 5,96% do ano anterior. Praticamente todo o endividamento é pós-fixado. **3.8. LUCRO ANTES DE IMPOSTOS E LUCRO LIQUIDO:** O lucro líquido antes dos tributos foi impactado pelo aumento da provisão da PECLD no montante de R$3milhões (queda de receita, PECLD pontual) sendo maior que a diminuição das despesas financeiras. Se não fosse o evento pontual de PECLD de um cliente específico, 2020 teria apresentado o maior lucro antes de impostos da história, mesmo num cenário de pandemia, e teria se aproximado de R$4milhões.

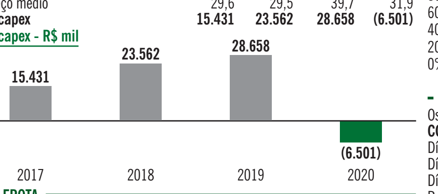
EBT recorrente - R$mil

4. INVESTIMENTOS

A Companhia investiu R$50,4m em aquisição de novos veículos em 2020 perfazendo total de 959 carros ao preço médio de R$52,6k por veículo. Em 2019, o valor médio dos carros comprados tinha sido de R$ 43.8k. O net capex negativo em 2020 pela primeira vez em vários anos teve como principal motivo a baixa disponibilidade das montadoras em prover veículos para novos contratos no segundo semestre. Os descontos com montadoras permaneceram em níveis equivalentes nos períodos, porém o aumento no preço médio se deve ao crescimento no volume da frota de veículos pesados (caminhões).

(R$ em milhares, exceto número de veículos)	2017	2018	2019 Consolidado	2020 Maestro
Aquisição				
Investimento	48.240	42.979	77.896	50.431
Veículo	1.052	887	1.777	959
Preço médio	45,9	48,5	43,8	52,6
Venda				
Desinvestimento	32.809	19.417	49.238	56.932
Veículos (em unidades)	1.109	659	1.239	1.786
Preço médio	29,6	29,5	39,7	31,9
Net capex	**15.431**	**23.562**	**28.658**	**(6.501)**

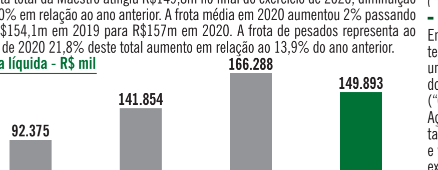
Net capex - R$ mil



5. FROTA

A frota total da Maestro atingiu R$149,8m no final do exercício de 2020, diminuição de 10% em relação ao ano anterior. A frota média em 2020 aumentou 2% passando de R$154,1m em 2019 para R$157m em 2020. A frota de pesados representa ao final de 2020 21,8% deste total aumento em relação ao 13,9% do ano anterior.

Frota líquida - R$ mil

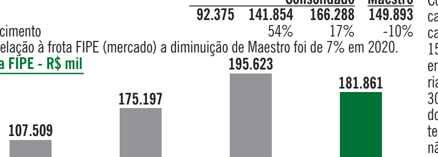


Frota Contábil (fim de período)

(R$ em milhares)	2017	2018	2019 Consolidado	2020 Maestro
	92.375	141.854	166.288	149.893
Crescimento		54%	17%	-10%

Em relação à frota FIPE (mercado) a diminuição de Maestro foi de 7% em 2020.

Frota FIPE - R$ mil

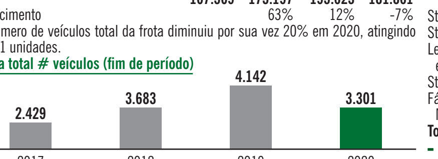


Frota FIPE (fim de exercício)

(R$ em milhares)	2017	2018	2019	2020
	107.509	175.197	195.623	181.861
Crescimento		63%	12%	-7%

O número de veículos total da frota diminuiu por sua vez 20% em 2020, atingindo 3.301 unidades.

Frota total # veículos (fim de período)



Frota total (fim de exercício)

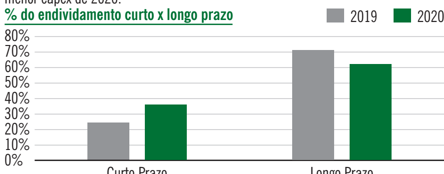
(Em unidades)	2017	2018	2019 Consolidado	2020 Maestro
	2.429	3.683	4.142	3.301
Crescimento		52%	12%	-20%

6. ENDIVIDAMENTO

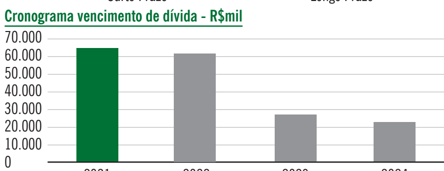
(R$ em milhares)	2020		2019		Var 20/19
Circulante	65.120	38%	48.406	26%	26%
Não circulante	107.646	62%	134.061	74%	-24%
Endividamento Bruto Total	172.766	100%	182.467	100%	-5%
Caixa e Aplicações	48.525		47.000		3%
Endividamento Líquido Total	**124.241**		**135.467**		**-9%**

O Endividamento da companhia é composto por Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento. A redução do endividamento teve como principal driver o menor capex de 2020.

% do endividamento curto x longo prazo

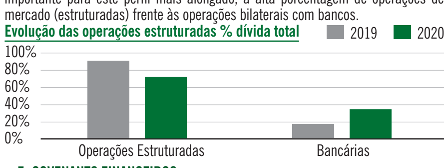


Cronograma vencimento de dívida - R$mil



O perfil da dívida (curto/longo prazo) tem se mantido dentro dos objetivos preservando *duration* superior ao dos contratos de locação. Tem contribuído de forma importante para este perfil mais alongado, a alta porcentagem de operações de mercado (estruturadas) frente às operações bilaterais com bancos.

Evolução das operações estruturadas % dívida total



7. COVENANTS FINANCEIROS

Os *covenants* da 2ª. 3ª e 4ª Emissões são idênticos, tanto nos limites como nas definições.

COVENANT	Ok quando	2017	2018	2019	2020
Dívida Liquida/EBITDA (*)	<=3,5x	2,90	2,90	3,19	3,26
Dívida Líquida/PL	<=3,25x	1,22	2,20	2,70	2,45
Dívida Liquida / Frota Líquida	<=0,85x	0,66	0,76	0,81	0,82
Resultado venda usados	> -7%	2%	5%	6%	6%

(*) inclui EBITDA LTM Locarcity conforme definição das Escrituras II, III. e IV.deb.

8. FATOS RELEVANTES

Em 30/6/2020 e 2/7/2020, a Companhia informou ao mercado que, dentre as alternativas de captação de recursos disponíveis, continua avaliando a realização de uma eventual oferta pública de distribuição primária de ações com a coordenação do Banco BTG Pactual S.A. e o Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Oferta"). Em 16/7/2020 a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações tendo por objeto a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social da Vox Frotas Locadora S.A, nos termos do respectivo contrato de compra e venda, sujeita à ratificação pelos acionistas da Companhia, em assembleia geral extraordinária a ser realizada antes do fechamento da Operação, do laudo de avaliação previsto no §1º do artigo 256 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada. O fechamento da operação estava sujeito ao cumprimento de determinadas condições, usuais para esse tipo de operação. Em 24/7/2020 os acionistas da Companhia aprovaram o desdobramento de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos do artigo 12 da Lei nº 6.404/76, sem alteração do valor do capital social da Companhia e da proporção das participações dos acionistas no seu capital social, de modo que cada ação de emissão da Companhia foi desdobrada em 15 (quinze) ações ordinárias, passando o capital social da Companhia a ser dividido em 26.009.820 (vinte e seis milhões, nove mil, oitocentas e vinte) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal ("Desdobramento"). Em 30/10/2020 a Companhia e a Vox Frotas Locadora S.A. resolveram, em comum acordo, distratar o "Contrato de Compra e Venda de Quotas", celebrado em 16/7/2020, tendo em vista as condições de mercado, alheias à vontade das partes. O distrato não resultará em obrigações para qualquer uma das partes.

9. ESTRUTURA SOCIETÁRIA

O quadro societário da Companhia permaneceu inalterado em 2020.

Exercício social encerrado em dezembro de 2020 e 2019

Acionistas	%	Quantidade de ações (Original)	Quantidade de ações (Reapresentado)	Capital integralizado
Stratus SCP FLEET FIP-M	45%	780.687	11.710.305	22.752
Stratus SCP Brasil FIP	31%	541.119	8.116.785	15.770
Lewco Participações e Administração Ltda.	2%	29.629	444.435	864
Stratus Investimentos Ltda.	1%	12.249	183.735	357
Fábio, Alan e Natalie Lewkowicz	21%	370.304	5.554.560	11.992
Total		**1.733.988**	**26.009.820**	**51.735**

10. RELACIONAMENTO COM AUDITORES

Ao longo do exercício de 2020, em atendimento à instrução CVM 381/03, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes prestou exclusivamente serviços de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social findo em 31/12/2020. Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia Fabio Lewkowicz, Diretor Presidente, Carlos Miguel de O. M. B. Alves, Diretor Financeiro e Monica Jorgino Marcondes, Diretora superintendente, declaram que (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31/12/2020; e (ii) reviram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no relatório emitido em 22/3/2021 pela Ernst & Young Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, com relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício social findo em 31/12/2020.

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)*

Balanço patrimonial

ATIVO	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Circulante		**68.023**	76.402
Caixa e equivalentes de caixa	4	**23.747**	5.191
Aplicações financeiras de uso restrito	5	**22.722**	39.753
Contas a receber de clientes	6	**16.953**	20.124
Veículos em desativação para renovação da frota	7	**1.288**	7.703
Tributos a recuperar		**643**	644
Despesas antecipadas	8	**1.922**	1.697
Outras contas a receber		**748**	1.290
Não circulante		**173.059**	182.882
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras de uso restrito	5	**2.056**	2.056
Depósitos judiciais	18	**16**	68
Despesas antecipadas	8	**624**	899
IR e CS diferido	9.b	**13.466**	12.365
Outras contas a receber		**485**	-
Imobilizado	10	**148.828**	159.005
Intangível	11	**6.976**	7.411
Direito de uso	12	**608**	1.078
Total do ativo		**241.082**	259.284

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Circulante		**77.766**	74.093
Fornecedores	13	**1.866**	12.033
Empréstimos e financiamentos	14	**9.889**	6.156
Debêntures a pagar	15	**54.845**	41.794
Passivo de arrendamento		**386**	456
Salários, encargos e contribuições sociais		**687**	730
Obrigações tributárias		**3.138**	1.252
Outras contas a pagar		**1.237**	1.838
Adiantamento de clientes	16	**5.718**	9.834
Não circulante		**112.588**	135.533
Empréstimos e financiamentos	14	**39.896**	11.747
Debêntures a pagar	15	**67.553**	121.663
Passivo de arrendamento	12	**197**	652
Adiantamento de clientes	16	**4.273**	841
Provisão para perdas com causas judiciais	17	**669**	630
Patrimônio líquido		**50.728**	49.658
Capital social	18	**51.735**	51.735
Reserva de lucros		**3.796**	3.796
Prejuízos acumulados		**(4.803)**	(5.873)
Total do passivo e do patrimônio líquido		**241.082**	259.284

Demonstração do resultado

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Receita líquida	20	**118.808**	91.948
Custos de locação e venda de veículos	21	**(83.096)**	(60.951)
Lucro bruto		**35.712**	30.997
(Despesas) receitas operacionais			
Administrativas e gerais	22	**(17.837)**	(12.624)
Resultado de equivalência patrimonial	1	**-**	2.875
		(17.837)	(9.749)
Resultado antes do resultado financeiro, líquido e tributos		**17.875**	21.248
(Despesas) receitas financeiras			
Despesas financeiras	23	**(17.567)**	(22.232)
Receitas financeiras	23	**1.021**	2.263
Despesas financeiras, líquidas		**(16.546)**	(19.969)
Lucro antes dos tributos		**1.329**	1.279
IR e CS correntes	9.a	**(1.360)**	(631)
IR e CS diferidos	9.a	**1.101**	269
Lucro líquido do exercício		**1.070**	916
Lucro líquido por ação - Básico	19	**0,0411**	0,03521
Lucro líquido por ação - Diluído	19	**0,0411**	0,03521
Quantidade de ações (milhares)		**26.010**	26.010

Demonstração do resultado abrangente

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	**1.070**	916
Outros resultados abrangentes	**-**	-
Total dos resultados abrangentes	**1.070**	916

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva de lucros - Reserva legal	Prejuízos acumulados	Dividendos não distribuídos	Total
Saldos em 31/12/2018	51.735	660	(6.789)	3.136	48.742
Lucro líquido do exercício	-	-	916	-	916
Saldos em 31/12/2019	51.735	660	(5.873)	3.136	49.658
Lucro líquido do exercício	-	-	1.070	-	1.070
Saldos em 31/12/2020	**51.735**	**660**	**(4.803)**	**3.136**	**50.728**

Demonstração do valor adicionado

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas		
Receita bruta de locação e venda de veículos	**125.113**	97.547
Outras receitas	**5.497**	5.519
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	**(3.471)**	(337)
	127.139	102.729
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	**(17.310)**	(14.297)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(3.090)**	(3.630)
Comerciais e publicidade	**(371)**	(210)
Custo na alienação para renovação de veículos da frota e outros ativos imobilizado	**(53.651)**	(34.429)
	(74.422)	(52.565)
Valor adicionado bruto	**52.717**	50.164
Depreciação e amortização	**(18.282)**	(16.768)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**34.435**	33.396
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	**1.021**	2.061
Resultado de equivalência patrimonial	**-**	2.875
Valor adicionado total a distribuir	**35.456**	38.331
Distribuição do valor adicionado	**35.456**	38.331
Pessoal		
Remuneração direta	**6.524**	5.489
Benefícios	**896**	873
FGTS	**331**	344
Impostos, taxas e contribuições		
Municipais	**3**	6
Federais	**8.489**	8.060
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e despesas sobre empréstimos e debêntures	**16.246**	16.523
Aluguéis	**495**	525
Outras	**1.402**	5.594
Remuneração de capital próprio		
Lucro líquido do exercício	**1.070**	916

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto

	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**1.070**	916
Ajustes por:		
IR e CS diferidos	**(1.101)**	(269)
Depreciação e amortização	**18.282**	16.758
Custo residual do ativo imobilizado baixado e de veículos em desativação para renovação de frota	**53.651**	34.387
Encargos financeiros	**12.637**	18.325
Amortização dos custos de emissão das debêntures	**1.244**	(549)
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	**3.471**	337
Resultado de equivalência patrimonial	**-**	(2.875)
Constituição de provisão para contingências	**39**	519
Constituição da provisão para perda dos veículos imobilizados e em desativação para renovação de frota	**172**	380
Valor justo dos ativos financeiros	**-**	(530)
Variações nos ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes	**(300)**	(6.138)
Aquisições de veículos (vide Nota 23)	**(59.591)**	(66.672)
Tributos a recuperar	**-**	235
Despesas antecipadas	**50**	416
Depósitos judiciais	**52**	(34)
Outras contas a receber	**56**	286
Fornecedores (exceto montadora)	**544**	(2.843)
Salários, encargos e contribuições sociais	**(44)**	147
Obrigações tributárias	**1.886**	77
Outras contas a pagar e adiantamento de clientes	**(1.283)**	9.185
Partes relacionadas	**-**	9.629
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**30.835**	11.687
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras de uso restrito	**17.031**	(39.753)
Caixa líquido incorporado	**-**	33
Aporte de capital em investidas	**-**	(361)
Aquisição de outros ativos imobilizados	**(5.725)**	(4.007)
Contas a pagar por aquisição de negócios	**-**	(17.337)
Adição ao ativo intangível	**-**	-
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimentos	**11.303**	(61.425)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	**36.418**	88.867
Amortização de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos financeiros	**(47.155)**	(52.061)
Juros pagos	**(12.320)**	(16.802)
Passivo de arrendamento	**(525)**	-
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamentos	**(23.582)**	20.004
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**18.556**	(29.734)
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	**5.191**	34.925
No fim do exercício	**23.747**	5.191

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Maestro Locadora de Veículos S.A. ("Maestro" ou "Companhia") é uma sociedade anônima, brasileira, de capital aberto, sem ações negociadas em mercado. Adicionalmente, a Companhia está listada desde 2015 na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão no segmento de governança corporativa Bovespa Mais, nesta modalidade a Companhia possui prazo para realização de oferta de ações de até 7 anos. A Companhia foi constituída em 5/4/2007, com escritório administrativo localizado na Avenida Queiroz Filho, 1560, Vila Hamburguesa, São Paulo, Estado de São Paulo e sede na Rua Paulo do Vale, 356 - Salão 3 fundos, Vila Cercado Grande, Embu das Artes, no Estado de São Paulo. A Companhia atua em todo território nacional no segmento de locação de veículos de longa duração, sem motorista, provendo serviços de terceirização de frotas. Os veículos são comprados junto às principais montadoras do país, permanecem em utilização por um prazo médio de dois a três anos e são posteriormente vendidos em canais de revenda de usados e leilões especializados. Em 31/12/2020 a frota da Maestro composta por 3.301 veículos (4.142 em 31/12/2019). No âmbito operacional, continuamos trabalhando no sentido de garantir a melhoria contínua da eficiência logística e operacional buscando reduzir tanto o número de dias em que o carro é disponibilizado para o cliente quanto o prazo em que o veículo é vendido. A administração mantém parcerias comerciais de longo prazo com as principais montadoras do país, garantindo não só base relativamente diversificada de potenciais fornecedores como também condições gerais competitivas para aquisição de veículos. Esse relacionamento tem garantido ao longo dos anos condições comerciais adequadas ao perfil de clientes que buscamos manter e conquistar. Buscamos também a melhoria contínua dessas condições gerais de aquisição de veículos à medida que a Companhia evolui em seu ciclo de negócios. A Companhia adquiriu em 13/12/2018 a Minas Real Vendas e Serviços Ltda. ("Locarcity") e passou a apresentar demonstrações financeiras consolidadas a partir do exercício findo em 31/12/2018. Em 1º/8/2019, conforme descrito na nota explicativa 10, a Companhia incorporou os saldos da Locarcity com o objetivo de melhorar a sinergia na terceirização de sua frota. A incorporação foi concluída com a emissão do laudo contábil por avaliador especializado e independente e foi realizada nos termos do artigo 225 da Lei 6.404 de 1976, e desta forma, a Companhia passou a não apresentar demonstrações financeiras consolidadas a partir do trimestre findo em 30/9/2019. A emissão desta demonstração financeira anual foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 24/3/2021. Demonstramos a seguir os saldos incorporados em 1º/9/2019:

Ativo		Passivo	
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalente de caixa	9.680	Fornecedores	416
Contas a receber de clientes	3.363	Salários, encargos e contribuições sociais	85
Veículos em desativação para renovação da frota	1.484	Obrigações tributárias	412
Despesas antecipadas	363	Outras contas a pagar	179
Outras contas a receber	77		
Total do ativo circulante	**14.968**	**Total do passivo circulante**	**1.093**
Não circulante		**Não circulante**	
Contas a receber de clientes	8	Provisão para contingências	55
Imobilizado	24.199		
Total do ativo não circulante	**24.208**	**Total do passivo não circulante**	**55**
		Patrimônio líquido	
		Capital social	35.596
		Prejuízos acumulados	(443)
		Lucro do período	2.875
		Total do patrimônio líquido	38.028
Total do ativo	**39.175**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**39.175**

Impactos COVID19: Atualmente a carteira de clientes da Maestro é composta por contratos de média/longa duração, com prazos típicos entre 12 e 60 meses. A atuação destes clientes é diversificada em vários setores da economia com diferentes graus de exposição aos impactos da diminuição da atividade econômica, esta última principalmente ocasionada pelas medidas de isolamento social. Em condições normais, a geração de caixa das operações somada a venda de veículos usados é suficiente para cobrir o serviço da dívida, pagamento de juros e principal, trazendo flexibilidade financeira à Companhia no que tange suas obrigações pecuniárias e fiduciárias. A compra de novos veículos, por sua vez, é efetuada com caixa próprio e linhas de crédito disponíveis no mercado. Dois principais efeitos devidos à pandemia podem afetar no curto/médio prazos este equilíbrio. • Diminuição do fluxo de caixa operacional com eventuais atrasos e/ou inadimplência de clientes; • Diminuição do fluxo de caixa de venda de veículos em função da queda de demanda; Estes dois efeitos, combinados ou isoladamente, e dependendo do grau de cada um, podem no curto prazo reduzir o fluxo de caixa disponível para o serviço da dívida, consumindo liquidez e afetando eventualmente a capacidade de pagamentos no curto prazo. No sentido de monitorar com afinco estes impactos foi criado um "Comitê de Crise" composto pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva da Maestro. Periodicamente, dentre outros aspectos relevantes do negócio, estão sendo discutidos o *aging* dos recebíveis, as principais renegociações com clientes e fornecedores bem como o volume diário de venda de veículos. Além disso, tem se buscado aumentar ao máximo a liquidez disponível e consequente flexibilidade financeira para manutenção da saúde do caixa da Companhia. Adicionalmente, através da simulação de vários possíveis cenários de stress, foi possível traçar potenciais impactos no tempo e assim desenvolver ações que mitigariam potenciais problemas oriundos da pandemia. Na medida em que o isolamento social tem se mostrado como a medida mais efetiva na prevenção da disseminação do Covid-19, a maior parte dos colaboradores têm atuado em home-office desde 19/3/2020. Por meio das supervisões diretas, temos monitorado o estado de saúde da nossa equipe e até dezembro de 2020 tivemos conhecimento de poucos casos de colaboradores que testaram positivo para o covid-19 e todos já recuperados. Algumas medidas de adequação da estrutura fixa foram tomadas já em abril e outras poderão vir a ser realizadas caso haja uma deterioração dos recebimentos e/ou alongamento da perspectiva de duração da pandemia. Até o fechamento do exercício de 2020 não houve redução no quadro funcional por conta da covid-19. Adicionalmente, no sentido de aumentar a margem de segurança na gestão de liquidez a Companhia utilizou as seguintes Medidas Provisórias relativas às: • MP 927 de 22/3/2020 - Prorrogação do prazo para pagamento do FGTS; • MP 936 de 1º/4/2020 - Redução Jornada/Salário • Portaria ME nº 139 de 3/4/2020 - Prorrogação do prazo para recolhimento do PIS e da COFINS e do INSS. Até a data da conclusão deste relatório, decorridos já cerca dos meses desde o início das primeiras medidas de isolamento, a diminuição da atividade econômica geral não levou a nenhuma consequência adversa no cumprimento de compromissos financeiros ou covenants. Uma vez que a Companhia se baseia quase que integralmente no negócio de locação de longo prazo, os efeitos negativos da pandemia afetaram pouco a Companhia, que manteve suas obrigações em dia, não teve problema com nenhum dos *covenants* e manteve a carteira de clientes saudável, sem cancelamentos/devoluções antecipadas representativas dos contratos vigentes. Para os principais pontos de atenção descritos anteriormente: • Diminuição do fluxo de caixa operacional com eventuais atrasos e/ou inadimplência de clientes: em todos os meses deste último trimestre o fluxo operacional apresentou resultados em linha com as séries históricas pré-Covid. As negociações de alargamento do prazo de pagamento com clientes com pontuais e vencimento nos últimos três meses, foram cumpridas. Não houve casos de clientes rescindindo contratos antecipadamente. • A venda de seminovos retomou já seus patamares históricos no final do 2º trimestre e neste 3º trimestre vimos aumento consistente tanto de volume de carros vendidos quanto de margem. Esta tendência se manteve no 4º trimestre. Ao final deste 2020, o impacto remanescente da pandemia na Companhia é a velocidade da retomada de produção da indústria automobilística, o que tem levado a um ciclo mais longo de implementação de novos contratos de aluguel já firmados com clientes. Avaliamos que a indústria retome aos patamares de produção e entrega pré-Covid até o fim do 2º trimestre de 2020 regularizando por sua vez o lead-time padrão de implantação de novos veículos na frota. Desta forma, no que se refere exclusivamente aos efeitos da pandemia, mantemos inalteradas a perspectiva que tínhamos pré-Covid para o negócio no médio e longo prazo. **2. Base de preparação: a)** Declaração de conformidade e base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, conforme alterada; as normas e regulamentos emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"); e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM, e que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). Todas as informações relevantes próprias desta demonstração financeira anual, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação de suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. **b)** Reapresentação dos valores correspondentes - Resultado por ação (Desdobramento de ações): Em 24/7/2020 os acionistas da Companhia aprovaram o desdobramento de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos do artigo 12 da Lei nº 6.404/76, sem alteração do valor do capital social da Companhia e da proporção das participações dos acionistas no seu capital social, de modo que cada ação de emissão da Companhia será desdobrada em 15 (quinze) ações ordinárias, passando o capital social da Companhia a ser dividido em 26.009.820 (vinte e seis milhões, nove mil, oitocentas e vinte) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal ("Desdobramento"). Conforme NBCTG 41(R2), o resultado por ação, para todos os exercícios apresentados devem ser ajustados de forma retroativa quanto aos efeitos de erros e ajustes resultantes de alterações nas políticas contábeis reconhecidos retrospectivamente, conforme nota 19 e 20. **c)** Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC): As demonstrações anuais dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC). Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamento na Demonstração dos Fluxos de Caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros. **d)** Demonstração do valor adicionado: A Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas. **e)** Segmento de Negócio: A receita da Companhia é, basicamente, composta pelo aluguel de frotas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas um segmento de negócio passível de reporte. A Companhia possui um cliente que representa individualmente mais de 10% da receita líquida. **f)** Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. **g)** Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **h)** Julgamentos: As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa: • Nota 07 - Veículos em desativação para renovação da frota. • Nota 11 - Imobilizado (depreciação de veículos) e valor residual. **i)** Incertezas sobre premissas e estimativas: As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste significativo no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 06 - Contas a receber de clientes (movimentação da PECLD). • Nota 07 - Veículos em desativação para renovação da frota. • Nota 09 - Imposto de renda e contribuição social diferidos. • Nota 11 - Imobilizado (depreciação de veículos e valor residual). • Nota 13 - Direito de uso e passivo de arrendamento. **j)** Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. ***i)*** *Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:* Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. *Mensuração subsequente:* Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida). • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida). • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais). • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida). Esta categoria é a mais relevante para a Companhia. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes e empréstimos a controladas. Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida). A Companhia avalia os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se forem atendidas ambas as condições a seguir: • O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a variação acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. A Companhia não possuía em 31/12/2020 e 2019 instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais). No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente. Ganhos e perdas sobre estes ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando constituído o direito ao pagamento, exceto quando a Companhia se beneficia destes proventos a título de recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que estes ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável. A Companhia não possui instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. *Desreconhecimento:* Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram. • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo, e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 90 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. ***ii)*** *Passivos financeiros:* *Reconhecimento inicial e mensuração:* Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado, contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e debêntures. *Mensuração subsequente:* A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao custo amortizado: Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Nessa categoria estão classificados os empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos e Contas a pagar. *Desreconhecimento:* Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. ***iii)*** *Compensação de instrumentos financeiros:* Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **k)** Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Os instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo. **l)** Principais políticas contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. *Caixa e equivalentes de caixa:* Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. *Aplicações financeiras de uso restrito:* Aplicações financeiras de uso restrito referem-se a certificados de depósito bancário, que refletem as condições usuais de mercado, e na data do balanço patrimonial, não possuem liquidez imediata e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros, e mensuradas ao valor justo em contrapartida do resultado. Essas aplicações financeiras são garantidoras de empréstimos bancários da Companhia. *Conta a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa:* As contas a receber representam os serviços prestados e a venda de veículos até a data dos balanços patrimoniais, e estão apresentadas líquidas de provisão para crédito de liquidação duvidosa, a qual foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber. *Veículos em desativação para renovação da frota:* A frota de veículos é renovada após sua vida útil-econômica, que compreende basicamente o exercício em que a frota está alugada a terceiros. Após este exercício os veículos cessam sua depreciação e passam a ser mantidos para venda (atividade acessória à sua operação). Estes são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios. Sua precificação estimada de venda utiliza como base os preços de referência do mercado, as características históricas de comercialização da Companhia, bem como o uso e aplicação da frota objeto da precificação. A desativação do ativo imobilizado ocorre em decorrência da necessidade de renovação da frota ao término do exercício de utilização da frota nas atividades de aluguel. *Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:* Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, constituídas quando necessário. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. *Depreciação:* A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual (valor estimado que a Companhia obterá com a venda do ativo, após deduzir as despesas estimadas de venda, caso o ativo já tivesse a idade e a condição esperada para o fim de sua vida útil). A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo exercício que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo de arrendamento. As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado são aproximadamente:

	31/12/2020	31/12/2019
Veículos	**2 - 3 anos**	2 - 3 anos
Equipamentos de informática e telefonia	**5 - 10 anos**	5 - 10 anos
Máquinas e equipamentos	**10 anos**	10 anos
Móveis e utensílios	**10 anos**	10 anos
Benfeitorias	**10 anos**	10 anos
Acessórios	**2 - 3 anos**	2 - 3 anos
Implementos	**2 - 3 anos**	2 -3 anos

Em relação aos veículos operacionais da Companhia, a depreciação é mensurada pela diferença entre o custo e o valor residual líquido, sendo, este último, o preço estimado de venda no curso normal dos negócios. Sua precificação estimada de venda utiliza como base os preços de referência do mercado, as características históricas de comercialização da Companhia, bem como o uso e aplicação da frota objeto da precificação. *Arrendamentos:* A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. *Companhia como arrendatário:* A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. *Ativos de direito de uso:* A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo: • Imóvel 3 a 4 anos; • Software 3 a 5 anos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. De acordo com o CPC 06 (R2), o custo de um ativo de direito de uso também contempla uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, salvo se que esses custos forem incorridos para produzir estoques. O arrendatário incorre na obrigação por esses custos, seja na data de início ou como consequência de ter usado o ativo subjacente durante um período específico (CPC 06 (R2).24 (d)). Os contratos de arrendamento da Companhia não contêm a obrigação de desmontar e remover o ativo subjacente, restaurar o local em que está localizado ou restaurar o ativo subjacente a uma condição específica. *Passivos de arrendamento:* Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. *Outros ativos e passivos:* Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. *Redução ao valor recuperável:* *Ativos não financeiros:* Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia que seguem o pronunciamento CPC 01 R1, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. *Provisões:* Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Adicionalmente, em casos raros onde não é claro se existe ou não uma obrigação presente, presume-se que um evento passado dá origem a uma obrigação presente se, levando em consideração toda a evidência disponível, é mais provável que sim do que não que existe uma obrigação presente na data do balanço. *Receita de locação de veículos:* A receita de locação de bens (veículos) é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. As receitas de locação de frota são reconhecidas em bases mensais pelo exercício do contrato de aluguel. *Venda de veículos:* A receita líquida operacional da venda de bens (veículos)

Continua

atividade acessória e complementar da atividade de locação de veículos é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando o controle dos bens é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca de seus bens. *Receitas e despesas financeiras:* As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e juros de mora incidentes sobre valores recebíveis. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. *Imposto de renda e contribuição social:* A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$240 no exercício de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao prejuízo contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. **m)** Mensuração ao valor justo: A Companhia mensura instrumentos financeiros, como por exemplo, aplicações financeiras e outros investimentos para gestão diária do caixa e maximização do fluxo de caixa com base nas vendas, depósitos bancários vinculados, ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração. • Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. • Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final de cada período de divulgação. **n)** Classificação corrente versus não corrente: A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; (ii) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; (iii) Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e (iv) É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Embora a administração avalie que para parte do total títulos, o esforço para realização seja de longo prazo, estando estes títulos vencidos, pelo critério do CPC-26, estes devem ser classificados no curto prazo. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: (i) Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; (ii) Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (iii) Deve ser liquidado no exercício de até 12 meses após a data do balanço; e (iv) A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **o)** Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020: A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º/1/2020 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. *Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios:* As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras, mas podem impactar períodos futuros caso a Companhia ingresse em quaisquer combinações de negócios. *Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência:* As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo, uma vez que este não possui relações de hedge de taxas de juros. *Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material:* As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nem se espera que haja algum impacto futuro para a Compahnia. *Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro:* A pronunciamento revisado alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento. As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras. *Normas emitidas, mas ainda não vigentes:* As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. *IFRS 17 - Contratos de seguro:* Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável). • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º/1/2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica ao Grupo. *Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:* Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º/1/2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. **3. Gerenciamento do risco financeiro:** Visão geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de mercado; • Risco de taxas de juros; • Risco operacional; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Gestão de capital. As práticas de gerenciamento de risco têm por objetivo identificar, monitorar, analisar e mitigar potenciais perdas à Companhia, estabelecendo limites e controles para o seu gerenciamento. A Diretoria tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão do gerenciamento dos riscos reportando-os de forma sistemática ao Conselho de Administração. ***a)** Risco de mercado:* Definido como alterações nos preços de mercado, cujo componente de maior relevância são o risco de taxa de juros e de valor residual dos veículos. A Companhia busca também um adequado balanço entre suas captações de dívida pós e pré-fixadas. O constante monitoramento das curvas futuras de juros, com implicação direta na precificação do aluguel, permite à Companhia, a cada momento, mitigar efeitos de flutuações de juros nos prazos do contrato, preservando a rentabilidade destes ao longo de sua duração. Os valores residuais dos veículos, definidos como valores estimados de venda da frota após encerramento do ciclo do contrato de terceirização são constantemente monitorados pela Administração e levam em consideração principalmente fatores como valores atuais de mercado dos veículos, ciclo de vida dos modelos, canal de venda dos veículos e políticas do governo com relação aos impostos incidentes nas operações de vendas de veículos. ***b)** Risco de taxa de juros:* O risco de taxas de juros é aquele no qual a Companhia poderá vir a sofrer perdas econômicas decorrentes de alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno e externo. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado visando avaliar a eventual necessidade de contratação de operações com o objetivo de proteção contra a volatilidade dessas taxas. ***c)** Risco operacional:* Risco operacional é o risco de natureza estrutural, tecnológica, pessoal e de infraestrutura que surgem de todas as atividades intrínsecas à locação de automóveis. A responsabilidade pela gestão dos riscos e otimização de seu monitoramento é da Administração. Dentre os principais riscos operacionais estão: • Risco de performance: onde controles, processos e procedimentos devem garantir o fiel cumprimento dos itens contratados mantendo-se custos reais iguais ou inferiores aos projetados. • Risco de integridade do ativo: definidos como perdas não previstas como multas, avarias e sinistros sejam cobertos por mecanismos perfeitamente definidos de reembolso e autosseguro. ***d)** Risco de crédito:* Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em prejuízos financeiros decorrentes do não pagamento de obrigações contratuais pelos seus clientes. Os principais elementos mitigadores do risco de crédito adotados pela Companhia são: • Uso de metodologia e ferramentas padrão de mercado na análise e concessão de crédito; • Padronização de contratos, dentro de certos parâmetros que não reduzam flexibilidade e atratividade comercial; • Canal de comunicação rápido e transparente com o cliente no sentido de dirimir com agilidade possíveis questionamentos de cobranças adicionais ao aluguel básico, tais como multas e avarias. ***e)** Risco de liquidez:* O risco de liquidez é definido como aquele em que a Companhia pode encontrar dificuldades no cumprimento de suas obrigações financeiras. As principais ferramentas mitigadoras deste risco adotadas são: Uso de metodologia e ferramentas padrão de mercado na análise e concessão de: • Planejamento de caixa: com grande ênfase na previsibilidade do capex líquido, ou seja, nas compras e vendas de veículos. • Adoção de caixa mínimo, que permita cumprir obrigações contratadas mesmo num evento de hipotético stress de mercado ou de enxugamento sistêmico de liquidez. Gestão de capital: A Gestão de capital da Companhia é realizada de forma a garantir, a qualquer momento, a sustentabilidade financeira da Companhia por meios próprios. Contribuem de forma decisiva nesta gestão a alta previsibilidade dos fluxos de caixa operacionais, decorrentes dos contratos de longa duração, e a natureza própria de baixa sazonalidade no negócio. Neste sentido, busca-se garantir que a todo momento, que o fluxo de caixa operacional da Companhia, somado aos recursos provenientes da venda de carros, sejam iguais ou superiores ao serviço do endividamento, incluindo pagamentos de juros e principal. Dessa forma, o financiamento para crescimento de frota é dimensionado pela soma do fluxo de caixa operacional (incluindo o fluxo de caixa de venda de veículos) e por novas linhas de financiamento, deduzidas dos pagamentos correntes de dívida. A Companhia busca manter sempre alternativas de novas linhas de financiamento de modo a suportar seu plano de crescimento. Abaixo demonstramos a dívida líquida ao final do exercício:

	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos, financiamentos, debêntures e passivo de arrendamento (*)- dívida bruta	**172.766**	182.468
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de uso restrito (*)	**(48.525)**	(47.000)
Dívida líquida	**124.241**	135.468

(*) - Circulante e Não circulante.

4. Caixa e equivalentes de caixa:	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	**558**	616
Aplicações financeiras	**23.189**	4.575
	23.747	5.191

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, resgatáveis com o próprio emissor, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado das referidas aplicações financeiras, sem penalidade de perda de rentabilidade. Estes instrumentos financeiros referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) remunerados a 100% dos Certificados de Depósito Interbancários (CDIs) em 31/12/2020 e 2019.

5. Aplicações financeiras de uso restrito:	31/12/2020	31/12/2019
Circulante	**22.722**	39.753
Não circulante	**2.056**	2.056
	24.778	41.809

Referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), que na data do balanço patrimonial não possuem liquidez imediata e constituem garantias das emissões de debêntures. Não possuem risco de variações significativas por estarem indexadas ao CDI e são mensuradas ao valor justo. Essas aplicações são remuneradas a 100% do CDI em 31/12/2020 e 2019, e estão vinculadas aos empréstimos associados (garantidoras), conforme Nota 14. **6. Contas a receber de clientes:**

Circulante	31/12/2020	31/12/2019
Locação de veículos	**24.369**	24.070
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(7.416)**	(3.946)
	16.953	20.124

A exposição máxima ao risco de crédito para as contas a receber de clientes na data do relatório foi:

Faixa	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	**8.019**	9.605
Vencidos:		
De 01 a 60 dias	**791**	3.563
De 61 a 90 dias	**182**	378
De 91 a 180 dias	**395**	2.310
De 181 a 360 dias	**2.216**	1.054
Acima de 360 dias	**12.766**	7.159
Total locação de veículos	**24.369**	24.070

A movimentação da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa é apresentada a seguir:

	Total
Saldo em 31/12/2018	(2.652)
Incorporação	(957)
Reversão da provisão	451
Constituição da provisão	(788)
Saldo em 31/12/2019	(3.946)
Reversão da provisão	**1.340**
Constituição da provisão	**(4.810)**
Saldo em 31/12/2020	**(7.416)**

As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa foram constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas de realização de créditos. **7. Veículos em desativação para renovação da frota:**

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Inicial	**7.703**	1.132
Saldo incorporado	**-**	1.485
Baixas por venda	**(53.651)**	(34.373)
Transferências de veículos (i)	**47.236**	39.459
Saldo final	**1.288**	7.703

(i) Transferência de veículos do imobilizado anteriormente em operação. Vide Nota Explicativa nº 10. A Companhia mantém política e procedimento para analisar e comparar o valor contábil dos veículos em desativação para renovação da frota com seu valor realizável líquido. E, quando há incertezas quanto à realização do seu valor realizável líquido, uma provisão para perda (*impairment*) é constituída. Para o exercício findo em 2020 não houve constituição de provisão.

8. Despesas antecipadas:	31/12/2020	31/12/2019
1º emplacamento	**604**	614
Despesas bancárias	**1.366**	1.117
Despesas de prêmio de seguros	**37**	50
IPVA	**-**	-
Outros	**539**	815
	2.546	2.596
Circulante	**1.922**	1.697
Não circulante	**624**	899
Total	**2.546**	2.596

As despesas antecipadas de 1º emplacamento são apropriadas ao resultado no prazo médio de 24 meses, devido à natureza dos contratos de locação. As demais despesas antecipadas são apropriadas de acordo com o seu prazo de vigência. **9. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras e sobre o prejuízo fiscal acumulado e base negativa de contribuição social. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os ativos de tributos diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável avaliação dos lucros tributáveis futuros que poderão ser usados na compensação prejuízo fiscal acumulado e base negativa de contribuição social, baseado em projeções de receita futura e preparadas com premissas internas e cenários econômicos futuros que podem ser alterados. **a)** Reconciliação de despesa com imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes do IR e CS	**1.329**	1.278
Imposto de renda à alíquota nominal - 34%	**(452)**	(434)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva:		
Bônus à diretoria	**(259)**	(260)
Despesas indedutíveis, brindes, incentivos, patrocínios	**(11)**	(647)
Resultado de equivalência patrimonial	**-**	980
Outros	**463**	-
Total de IR e CS	**(259)**	(362)
IR e CS correntes do exercício	**(1.360)**	(631)
IR e CS diferido do exercício	**1.101**	269
Taxa Efetiva	**19,5%**	28,3%

b) Balanço patrimonial: A seguir apresentamos as naturezas que representam os saldos de ativo e passivo fiscal diferido da Companhia nos exercícios comparativos:

	31/12/2020			31/12/2019
	Ativos	Passivos	Líquido	Líquido
Prejuízo fiscal e base negativa de IRPJ e CSLL	**12.585**	**-**	**12.585**	13.188
Ajuste de arrendamento financeiro e depreciação	**-**	**(2.151)**	**(2.151)**	(2.734)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**2.522**	**-**	**2.522**	1.342
Outras diferenças temporárias	**510**	**-**	**510**	569
	15.617	**(2.567)**	**13.466**	12.365

O passivo é composto do imposto a pagar diferido sobre as operações de arrendamento e o ajuste de depreciação entre a vida útil-econômica e as taxas fiscais. Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos estão apresentados pelos valores líquidos nos termos do CPC 32. **c)** Prejuízo fiscal e base negativa: Em 31/12/2020, a Companhia possui saldo de prejuízo fiscal no montante de R$45.596 (R$47.369 em 31/12/2019) e base negativa no montante de R$46.521 (R$48.294 em 31/12/2019). Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações, e que para 31/12/2020 demonstra que o saldo de imposto de renda diferido ativo será compensado. A administração da Companhia preparou estudo técnico de viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios. Esse estudo foi examinado com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

2021	4.248
2022	2.009
2023	2.413
A partir de 2024	4.796
	13.466

10. Imobilizado: a) Movimentação no exercício findo em 31/12/2019:

Custo	Saldos em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	Transferências para renovação (i)	Saldo de incorporação	Saldos em 31/12/2019
Veículos operacionais	118.287	-	(11)	64.803	(49.061)	29.115	163.133
Equipamentos de informática e telefonia	277	13	-	-	-	23	313
Máquinas e equipamentos	902	13	-	-	-	15	930
Móveis e utensílios	184	4	-	-	-	27	215
Benfeitorias	13	-	(13)	-	-	7	7
Imobilizado em curso	316	77.896	-	(64.803)	-	-	13.409
Acessórios	7.408	3.977	-	-	(284)	-	11.101
	127.387	81.903	(24)	-	(49.345)	29.187	189.109

Depreciação	Taxa de depreciação	Saldos em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	Transferências para renovação (i)	Saldo de Incorporação	Saldos em 31/12/2019
Veículos operacionais	18%	(14.810)	(13.105)	5	-	9.636	(4.933)	(23.207)
Equipamentos de informática e telefonia	10-20%	(175)	(37)	-	-	-	-	(212)
Máquinas e equipamentos	10%	(595)	(91)	-	-	-	(12)	(698)
Móveis e utensílios/	10%	(92)	(18)	-	-	-	(19)	(129)
Benfeitorias	10%	(3)	(1)	5	-	-	(6)	(6)
Acessórios	33% - 50%	(3.134)	(2.553)	-	-	250	-	(5.437)
		(18.809)	(15.805)	10	-	9.886	(4.970)	(29.690)
Provisões para perdas e roubos		(34)	(380)	-	-	-	-	(414)
Imobilizado líquido		108.544	65.716	(14)	-	(39.459)	24.217	159.005

b) Movimentação no exercício findo em 31/12/2020:

Custo	Saldos em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Transferências para renovação (i)	Saldos em 31/12/2020
Veículos operacionais	155.069	**737**	**-**	**47.499**	**(61.153)**	**142.152**
Veículos (CPC)6/ IFRS 16)	8.064	**-**	**-**	**-**	**-**	**8.064**
Equipamentos de informática e telefonia	313	**21**	**-**	**-**	**-**	**334**
Máquinas e equipamentos	930	**3**	**-**	**-**	**-**	**933**
Móveis e utensílios	215	**23**	**-**	**-**	**-**	**238**
Benfeitorias	7	**91**	**-**	**-**	**-**	**98**
Aquisição de veículos em curso	13.409	**48.880**	**-**	**(47.499)**	**-**	**14.790**
Acessórios	11.101	**4.854**	**-**	**-**	**-**	**15.955**
	189.108	**54.609**	**-**	**-**	**(61.153)**	**182.564**

Até o Depreciação	Taxa de depreciação	Saldos em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Transferências para renovação (i)	Saldos em 31/12/2020
Veículos operacionais	18%	(21.540)	**(14.297)**	**-**	**-**	**13.917**	**(21.920)**
Veículos (IFRS 16)	18%	(1.667)	**(602)**	**-**	**-**	**-**	**(2.269)**
Equipamentos de informática e telefonia	10-20%	(212)	**(29)**	**-**	**-**	**-**	**(241)**
Máquinas e equipamentos	10%	(699)	**(290)**	**-**	**-**	**-**	**(989)**
Móveis e utensílios	10%	(129)	**(14)**	**-**	**-**	**-**	**(143)**
Benfeitorias	10%	(6)	**-**	**-**	**-**	**-**	**(6)**
Acessórios	33% - 50%	(5.436)	**(2.144)**	**-**	**-**	**-**	**(7.581)**
		(29.689)	**(17.376)**	**2.535**	**-**	**13.917**	**(33.149)**
Provisões para perdas e roubos		(414)	**(172)**	**-**	**-**	**-**	**(587)**
Imobilizado, líquido		159.005	**37.061**	**-**	**-**	**(47.236)**	**148.828**

(i) Transferência do ativo imobilizado para a conta de "Veículos" em desativação para renovação de frota". Vide Nota nº 7. **c)** Veículos arrendados: A Companhia arrenda veículos sob uma série de acordos de arrendamentos financeiros, cujas obrigações de arrendamento estão divulgadas na Nota nº 10. Em 31/12/2020, o valor contábil residual dos veículos arrendados era de R$5.502 equivalente a 185 veículos (R$6.396 em 2019, equivalente a 193 veículos). Os contratos de arrendamento mercantil destinam-se exclusivamente à aquisição de veículos que serão locados a clientes pelo período de 24 a 60 meses. **d)** Garantias: Em 31/12/2020, o equivalente a 98,6% da frota total da Companhia (3.286 veículos) é garantidor de empréstimos bancários, financiamentos e arrendamentos financeiros cujo valor residual é de R$140.068 (R$160.965 em dezembro de 2019).

11. Intangível: a) Composição:	31/12/2020	31/12/2019
Goodwill	**5.783**	5.783
Direito De Uso De Marca	**650**	650
Carteira Cliente	**323**	676
Acordo De Não Competição	**232**	311
Outros	**(12)**	(9)
	6.976	7.411

b) Teste de recuperação de ativos intangíveis com vida útil indefinida: O ágio está fundamentado em expectativa de rentabilidade futura do negócio, baseado em estudos de viabilidade e laudos de avaliação. A análise de recuperabilidade (teste de *impairment*) dos ágios é realizada, no mínimo, anualmente ou quando há alguma indicação de perda por *impairment*. Para fins do teste de *impairment*, os ágios são alocados à suaUnidade Geradora de Caixa - UGC. A Companhia realizou o teste de valor recuperável em 31/12/2020 e considera, entre outros fatores, o momento econômico do país e os resultados históricos das empresas avaliadas. A Companhia realizou cálculo para determinar o valor de recuperação dos ativos intangíveis com vida útil indefinida. Unidade geradora de caixa Maestro: O valor recuperável da unidade geradora de caixa Maestro em 31/12/2020, foi apurado com base no cálculo do valor em uso, em vista das projeções de fluxo caixa aprovadas pela alta administração durante um período de cinco anos. O fluxo de caixa projetado foi atualizado refletindo uma melhora nas condições macroeconômicas do país, crescimento orgânico das atuais operações, e aumento de eficiência operacional. A taxa pós de desconto depois dos impostos sobre a renda aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 11,1% a.a.(pós tax), e os fluxos de caixa que excedem o período de 5 anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 6,0%a.a. Como resultado dessa análise, não houve perda por redução ao valor recuperável. Premissas com impacto relevante utilizadas no cálculo do valor em uso: O cálculo do valor em uso para a unidade da Maestro é mais sensível às seguintes premissas: • Taxa de desconto; • Crescimento na perpetuidade (taxa de crescimento utilizada para extrapolar o fluxo de caixa para além do período de projeção). Taxa de desconto: A taxa de desconto representa a avaliação de risco no atual mercado. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia. Crescimento na perpetuidade: A estimativa foi baseada principalmente em: • Resultados históricos obtidos pela companhia; • Expectativa de crescimento orgânico das operações atuais; • Expectativa de crescimento derivado de nova unidade de negócio; e • Expectativa de inflação baseado nas projeções (Boletim Focus) e metas divulgadas pelo Banco Central. Sensibilidade a mudanças nas premissas: As implicações das principais premissas para o montante recuperável são discutidas a seguir: • Taxa de desconto - utilizando-se um fator de ajuste de 1,0 p.p. , a taxa de desconto passa para 12,1%. Mesmo considerando esta nova taxa, não há perda por redução ao valor recuperável. • Crescimento na perpetuidade - aplicando-se um fator de redução no crescimento da perpetuidade de 1,0 p.p., este crescimento passa dos atuais 6,0% para 5,0%. Mesmo considerando este cenário, não há perda por redução ao valor recuperável. **12. Direito de uso e passivo de arrendamento:** Ativo de direito de uso - imobilizado e intangível:

	Software	Imóveis	Total
Saldo em 31/12/2019	390	687	1.078
Adições			
Despesas de amortização	**(132)**	**(338)**	**(470)**
Saldo em 31/12/2020	**258**	**349**	**608**
Taxas anuais de amortização - %	**10 a 33**	**20**	

Passivo de arrendamento:

Saldo em 31/12/2019	1.108
Adição	-
Pagamento de principal	**(604)**
Pagamento de juros	**79**
Juros incorridos	-
Saldo em 31/12/2020	**583**
Circulante	**386**
Não circulante	**197**

a) Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento reconhecidos no passivo não circulante:

Ano	
2022	**156**
2023	**260**
Total	**416**

Contratos por prazo e taxa de desconto:

Prazos contratos	Taxa % aa
4 anos	8,74%
3 anos	8,74%
2 anos	8,74%

13. Fornecedores:	31/12/2020	31/12/2019
Montadoras	**797**	11.508
Fornecedores diversos	**1.069**	525
	1.866	12.033

14. Empréstimos e financiamentos:

31/12/2020

Modalidade	Moeda	Taxa ano (%) Mínimo	Taxa ano (%) Máximo	Ano de vencimento	Circulante	Não circulante	Total	% Total
Giro (Pré)	**R$**	**0,92 a.m.**	**1,41 a.m.**	**30/09/2024**	**7.616**	**36.774**	**44.390**	**89,16%**
Giro (Pós)	**R$**	**0,34 a.m. + CDI**	**0,47 a.m. + CDI**	**28/02/2021**	**192**	**-**	**192**	**0,38%**
Arrendamento financeiro (Pré)	**R$**	**1,33 a.m.**	**1,33 a.m.**	**30/09/2022**	**126**	**210**	**336**	**0,68%**
Finame		**0,72 a.m. + Selic**		**28/02/2024**	**1.955**	**2.912**	**4.867**	**9,78%**
					9.888	**39.896**	**49.785**	

31/12/2019

Modalidade	Moeda	Taxa ano (%) Mínimo	Taxa ano (%) Máximo	Ano de vencimento	Circulante	Não circulante	Total	% Total
Giro (Pré)	R$	0,92 a.m.	1,41 a.m.	30/09/2024	3.496	7.047	10.543	58,89
Giro (Pós)	R$	0,34 a.m. + CDI	0,47 a.m. + CDI	28/02/2021	1.154	191	1.345	7,51
Arrendamento financeiro (Pré)	R$	1,33 a.m.	1,33 a.m.	30/09/2022	246	377	623	3,48
Finame		0,72 a.m + Selic		28/02/2024	1.260	4.132	5.392	30,12
					6.156	11.747	17.903	

a) Garantias: Os empréstimos e as operações de arrendamento mercantil são garantidos pela composição de veículos, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 11 (d) e/ou recebíveis em algumas operações de capital de giro.

15. Debêntures a pagar:	31/12/2020	31/12/2019
Debêntures a pagar	**127.124**	169.426
(-) Custos de transação para emissão de debêntures (i)	**(4.726)**	(5.969)
	122.398	163.457
Circulante	**54.845**	41.794
Não circulante	**67.553**	121.663

(i) Gastos com a emissão das debêntures os quais são amortizados pelo prazo de vigência da dívida. 2ª Emissão de debêntures: A Companhia captou em 4/5/2018 o montante de R$80.000, através de emissão de 8 mil debêntures, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, sendo todas com valor unitário de R$10, de acordo com os termos descritos em instrumento particular de escritura da 2ª emissão de debêntures entre a Companhia, como emissora, e Planner, como agente fiduciário. O prazo total da emissão é de quatro anos, com seis meses de carência, e está sujeito à atualização com base na CDI, expressos na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescido de juros de 4,5% ao ano. A remuneração será paga em cinco parcelas, nas datas de amortização do principal, sendo o primeiro pagamento devido em 10/6/2018, e o último na data de vencimento em 10/5/2022. Em 31/12/2020 o saldo a pagar da 2ª emissão é de R$ 26.971 (46.077 em 31/12/2019). 3ª Emissão de debêntures: A Companhia captou em 13/11/2018 o montante de R$62.000, através de emissão de 6,2 mil debêntures, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, sendo todas com valor unitário de R$10, de acordo com os termos descritos em instrumento particular de escritura da 3ª emissão de debêntures entre a Companhia, como emissora, e a Pentágono S.A. DTVM, como agente fiduciário. Recursos destinados ao resgate antecipado da 1ª emissão e reforço do capital de giro e da aquisição da Minas Real Vendas e Serviços Ltda. ("Locarcity"). O prazo total da emissão é de quatro anos, com seis meses de carência, e está sujeito a atualização com base na CDI, expressos na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescido de juros de 5% ao ano. A remuneração será paga em cinco parcelas, nas datas de amortização do principal, sendo o primeiro pagamento devido em 10/12/2019, e o último na data de vencimento em 10/11/2022. Em 31/12/2020 o saldo a pagar da 3ª emissão é de R$ 38.401 (58.641 em 31/12/2019) 4ª Emissão de debêntures: A Companhia assinou em 23/10/2019, Escritura para distribuição pública no mercado nacional, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.476, da quarta emissão de debêntures no valor de R$60.000. As debêntures terão remuneração CDI+5,0% ao ano e serão amortizadas mensalmente, com carência de 12 meses, com vencimento final em novembro de 2024. As debêntures são garantidas pela alienação fiduciária de veículos e cessão de contratos com clientes. Os recursos se destinarão a i) liquidação antecipada de contrato de empréstimo internacional e contratos de arrendamento mercantil (leasing) ii) reforço de caixa da Companhia. Em 31/12/2020 o saldo a pagar da 4ª emissão é de R$ 57.026 (58.740 em 31/12/2019). Cláusulas restritivas - 2ª, 3ª e 4ª emissões de debêntures: A condição contratual e o cumprimento dos índices e limites financeiros são apresentados a seguir:

Condição contratual	Restrição
Índice obtido da divisão da dívida financeira líquida pelo EBITDA (acumulado últimos 12 meses)	< 4,00
Índice obtido da divisão da dívida financeira líquida pelo patrimônio líquido	< 3,25
Índice obtido da divisão da dívida financeira líquida pela frota total líquida	< 0,85
Índice obtido da divisão da venda líquida pelo custo	< 0,07 (se negativo)

16. Adiantamento de clientes:	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamento de clientes	**8.256**	9.834
Adiantamento de venda programada	**1.735**	841
	9.991	10.675
Circulante	**5.718**	9.834
Não circulante	**4.273**	841

17. Provisão para perdas com causas judiciais: A Companhia está sujeita a ações cíveis, decorrentes do curso normal das operações. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso de natureza provável no valor de R$ 689 em 31/12/2020. Além disso e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia não provisiona valores sobre contingências classificadas com probabilidade de perda possível. A estimativa dos valores relacionados a contingências cíveis possíveis, com base em informações de seus assessores jurídicos, em 31/12/2020 é de R$950 (R$ 1.012 em 31/12/2019). Depósitos judiciais:A Companhia possui depósitos judiciais na esfera cível, cujas movimentações da provisão e dos depósitos judiciais estão demonstradas abaixo:

	Saldos em 31/12/2019	Constituição	Reversões	Saldos em 31/12/2020
Contingências civeis	630	**39**	**-**	**669**
Depósitos judiciais	(68)	**-**	**(52)**	**(16)**
	562	**104**	**(52)**	**653**

18. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social da Companhia em 31/12/2020 e 31/12/2019 é constituído de 1.733.988 ações ordinárias (original), representando o capital social de R$51.735. As ações não possuem valor nominal, e os titulares têm direito a um voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela no capital social. Conforme descrito na nota 2(b), o desdobramento de ações ordinárias de emissão da Companhia, não alterou o valor do capital social da Companhia e da proporção das participações dos acionistas no seu capital social, de modo que cada ação de emissão da Companhia será desdobrada em 15 (quinze) ações ordinárias, passando o capital social da Companhia a ser dividido em 26.009.820 (vinte e seis milhões, nove mil, oitocentas e vinte) ações ordinárias (apresentado), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal ("Desdobramento"). A composição acionária da Companhia é a seguinte:

			31/12/2020 e 31/12/2019	
Acionistas	%	Quantidade de ações (Original)	Quantidade de ações (Desdobramento)	Capital integralizado
Stratus SCP FLEET FIP-M	45%	**780.687**	**11.710.305**	**22.752**
Stratus SCP Brasil FIP	31%	**541.119**	**8.116.785**	**15.770**
Lewco Participações e Administração Ltda.	2%	**29.629**	**444.435**	**864**
Stratus Investimentos Ltda.	1%	**12.249**	**183.735**	**357**
Fábio, Alan e Natalie Lewkowicz	21%	**370.304**	**5.554.560**	**11.992**
		1.733.988	**26.009.820**	**51.735**

b) Reserva legal: A Lei das Sociedades por Ações, bem como o Estatuto Social da Companhia, estabelece que 5% do lucro líquido será destinado para a constituição de reserva legal, desde que não exceda 20% do capital social. Adicionalmente, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente dos benefícios fiscais, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. **c)** Distribuição de dividendos: O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de um dividendo anual mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da Lei, ressalvada as hipóteses previstas no acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, em Lei e no Estatuto e compensados os dividendos semestrais e intermediários e/ou intercalares que tenham sido eventualmente declarados no exercício. A reserva de lucros não será distribuída e servirá para reforçar o crescimento das operações da Companhia. **19. Lucro por ação:** O resultado por ação é calculado dividindo o resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o ano. O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. Em 31/12/2020 e 2019, a Companhia não possuía instrumentos que causassem efeito dilutivo no cálculo do resultado por ação diluído. A tabela a seguir estabelece o cálculo do resultado por ação para os exercícios findos em 31/12/2020 e 2019 (em milhares de valores por ação e quantidade de ações):

Básico e diluído	31/12/2020	31/12/2019 (anteriormente apresentado)	31/12/2019
Numerador			
Lucro líquido do exercício	1.070	916	916
Denominador			
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação (em milhares)	26.010	1.734	26.010
Resultado básico e diluído por ação ordinária	**0,0411**	0,5282	0,03521

20. Receita líquida:	31/12/2020	31/12/2019
Locação de veículos	**68.181**	60.531
Venda de veículos	**56.932**	37.016
	125.113	97.547
Impostos sobre serviços e vendas	**(6.305)**	(5.599)
	118.808	91.948

21. Custo de locação e venda de veículos:	31/12/2020	31/12/2019
Custos de manutenção	**(14.509)**	(12.936)
Custos com depreciação	**(17.043)**	(15.657)
Custos dos veículos vendidos	**(53.651)**	(34.373)
Outros custos com veículos vendidos	**(979)**	(335)
Custos com pessoal	**(2.290)**	(2.081)
Recuperação de custos	**1.125**	672
Receita de taxa de administração sobre multas	**118**	187
Recuperação de créditos de PIS e COFINS	**4.133**	3.572
	(83.096)	(60.951)

22. Despesas administrativas e gerais:	31/12/2020	31/12/2019
Despesas com pessoal	**(6.643)**	(6.041)
Serviços de terceiros	**(1.427)**	(1.890)
Despesas com ocupação	**(665)**	(583)
Despesas gerais	**(1.635)**	(1.813)
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	**(3.470)**	(337)
Baixa de contas a receber incobráveis	**(1)**	-
Despesas com depreciação e amortização	**(1.239)**	(1.112)
Despesas de comunicação	**(371)**	(211)
Impostos sobre outras receitas	**(682)**	(637)
Despesas com IPO e M&A	**(1.704)**	-
	(17.837)	(12.624)

23. Resultado financeiro:

Despesas financeiras	31/12/2020	31/12/2019
Juros passivos	**(2.552)**	(4.461)
Despesas e juros de debêntures	**(13.694)**	(15.816)
Despesas bancárias e IOF	**(1.321)**	(18)
Variação Cambial	**-**	(203)
Despesas Operação Swap	**-**	(1.734)
Total	**(17.567)**	(22.232)
Receitas financeiras	31/12/2020	31/12/2019
Rendimentos sobre aplicações financeiras	**715**	1.031
Outras receitas financeiras	**306**	506
Receita Operação Swap	**-**	726
Total	**1.021**	2.263

24. Partes relacionadas: Conforme deliberado em AGE datada de 29/6/2020, a remuneração global estabelecida para os membros da diretoria executiva e Conselho de Administração da Companhia para o exercício a findar-se em 31/12/2020 é de R$2.738. No exercício findo em 31/12/2020 a remuneração global foi de R$ 1.481 (R$1.606 em 2019). Os membros do Conselho de Administração, sem funções de diretoria, recebem somente remuneração fixa. **25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros: a)** Riscos de crédito: O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito, na data das demonstrações financeiras foi:

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de uso restrito (circulante e não circulante)	**48.525**	47.000
Contas a receber de clientes	**16.953**	20.124
Outras contas a receber	**1.235**	1.291
	66.713	68.415

	Valor	12 meses ou menos	2 - 5 anos	Total
Caixa e Bancos	**558**	558	-	558
Equivalentes de caixa e aplicações de uso restrito	**47.967**	45.911	2.056	47.967
Contas a receber de clientes	**16.953**	16.953	-	16.953
Outras contas a receber	**1.235**	747	488	1.235
	66.713	64.169	2.544	66.713

b) Riscos de liquidez: A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros não derivativos, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo de arrendamento	**172.766**	180.335
Fornecedores	**1.866**	12.033
Outras contas a pagar	**1.237**	1.838
	175.869	194.206

Veja abaixo o cronograma de vencimento dos instrumentos financeiros da Companhia em 31/12/2020:

	Valor contábil	12 meses ou menos	2 - 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo de arrendamento	172.766	65.120	107.646	172.766
Fornecedores	1.866	1.866	-	1.866
Outras contas a pagar	1.2337	1.237	-	1.237
	175.869	68.223	107.646	175.869

c) Classificação e valor justo: A tabela a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	31/12/2020		31/12/2019	
Custo amortizado	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	**23.747**	**23.747**	47.000	47.000
Contas a receber de clientes	**16.953**	**16.953**	20.124	20.124
Outras contas a receber	**1.234**	**1.234**	1.291	1.291
Ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado (Nível 2)				
Aplicações financeiras	**23.189**	**23.189**	4.575	4.575
Aplicações financeiras de uso restrito	**24.778**	**24.778**	41.809	41.809

A Administração entende que os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • Caixa e equivalentes de caixa: são definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são substancialmente correspondentes ao valor justo, em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI. • Aplicações financeiras de uso restrito: são definidas como ativos de uso restrito, pois estão vinculados diretamente a dívidas da Companhia. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são substancialmente correspondentes ao valor justo, em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI. • Contas a receber de clientes, outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar: decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzindo de provisão para perdas quando aplicável ou relevante. • Empréstimos, financiamentos e debêntures: são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que, de acordo com entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento das atividades da Companhia. **d)** Riscos de taxa de juros: A Companhia não tem em seu endividamento de 31/12/2020 operações de swap ou qualquer outro derivativo contratado. Enfatizamos que aumentos de taxas de juros são atenuados pelos reajustes anuais pela inflação (na maioria dos casos pelo IGPM) que incidem sobre os contratos de aluguel a cada 12 meses. *Análise de sensibilidade:* Para 31/12/2020, a análise de sensibilidade contempla dois cenários de stress, I e II, com 3,45% e 4,14%, respectivamente, de aumento em relação ao patamar-base do CDI de 2,76%. Considerando que as aplicações também são indexadas ao CDI, o efeito líquido patrimonial e sobre o resultado, nos cenários de stress, está demonstrado na tabela abaixo:

		Cenários	
	Base	I	II
Taxa de juros	2,76%	3,45%	4.14%
Variação em relação ao cenário-base	-	25%	50%
Dívida bruta indexada ao CDI	177.492	183.012	184,239
Aplicações indexadas ao CDI	47.967	47.853	48.172
Efeito na exposição patrimonial	130.651	135.159	136.060
Efeito líquido no resultado	-	4.507	5.409

26. Transações que não afetam o caixa: Nos exercícios findos em 31/12/2020 e 2019, as seguintes transações não afetaram o caixa:

	31/12/2020	31/12/2019
Demonstração do caixa pago pela aquisição de veículos:		
Aquisições de veículos no exercício (Nota 10)	**(48.880)**	(77.896)
Fornecedores - montadoras de veículos (Nota 13):		
Saldo no final do exercício	**797**	11.508
Saldo no início do exercício	**11.508**	284
	10.711	11.224
Caixa pago pela aquisição de veículos	**(59.591)**	(66.672)

27. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento:

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Total
Em 31/12/2019	18.138	125.700	143.838
Amortização do principal	(29.806)	(21.916)	(51.723)
Juros pagos	(3.656)	(13.079)	(16.735)
Juros provisionados	3.362	13.161	16.523
Novas Captações	28.727	60.140	88.868
Amortização Swap	(530)	(530)	
Variação Cambial	1.668	1.668	
Amortização de custos de captação	-	(549)	(549)
Em 31/12/2019	17.903	163.457	181.360
Amortização do principal	**(5.239)**	**(41.916)**	**(47.155)**
Juros pagos	**(1.527)**	**(10.793)**	**(12.320)**
Juros provisionados	**2.230**	**10.407**	**12.637**
Novas Captações	**36.418**	**-**	**36.418**
Amortização de custos de captação	**-**	**1.244**	**1.244**
Em 31/12/2020	**49.785**	**122.399**	**172.184**

28. Cobertura de seguros: A Companhia tem por política manter cobertura de seguros no montante que a Administração considera adequado para cobrir os possíveis riscos e eventuais perdas com sinistros de seus ativos imobilizados.

Ativos segurados	**Modalidades**	31/12/2020	31/12/2019
Veículos administrativos	Cobertura total (danos materiais)	1.700	1.400
Veículos administrativos	Cobertura total (danos corporais)	3.400	2.800
Predial	Cobertura total (danos materiais)	4.767	4.702

Em 8/1/2020, a Companhia contratou um seguro de responsabilidade civil em benefício de seus administradores (seguro D&O), com validade de um ano. O seguro garante o pagamento de prejuízos financeiros decorrentes de reclamações feitas contra os administradores em virtude de atos danosos pelos quais sejam responsabilizados períodos de suas atribuições na administração e gestão da Companhia. A apólice prevê como limite máximo, garantia de R$10.000 e um prêmio líquido total de R$16. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a revisão da suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e analisada quanto à adequação pela Administração.

Diretoria

CARLOS ALVES - Diretor Financeiro

Contadora

DNALVA ROCHA DOS SANTOS - CRC-SP296885/O-0

Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras

Declaração: Pelo presente instrumento, os diretores da Maestro Locadora de Veículos S.A. abaixo designados ("Companhia") declaram que: Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2020.

São Paulo, 24 de março de 2021

FABIO LEWKOWICZ - Diretor Presidente e Diretor Comercial e Marketing
CARLOS MIGUEL DE OLIVEIRA MARTINS BORGES ALVES - Diretor de Relações com Investidores e Diretor Administrativo Financeiro
MONICA JORGINO MARCONDES - Diretora Superintendente

Declaração dos diretores sobre o relatório dos auditores independentes

Declaração: Pelo presente instrumento, os diretores da Maestro Locadora de Veículos S.A. abaixo designados ("Companhia") declaram que: Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório de auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31/12/2020.

São Paulo, 24 de março de 2021

FABIO LEWKOWICZ - Diretor Presidente e Diretor Comercial e Marketing
CARLOS MIGUEL DE OLIVEIRA MARTINS BORGES ALVES - Diretor de Relações com Investidores e Diretor Administrativo Financeiro
MONICA JORGINO MARCONDES - Diretora Superintendente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da **Maestro Locadora de Veículos S.A.** Embu das Artes - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Maestro Locadora de Veículos S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Maestro Locadora de Veículos S.A. em 31/12/2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo I*nternational Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - reapresentação dos valores correspondentes:** Conforme mencionado na nota 2(b), em decorrência dos efeitos retrospectivos do desdobramento de ações ocorrido em 24/7/2020, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: A Companhia reconhece valores relativos a imposto de renda e contribuição social sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, além de diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis. Em 31/12/2020, o valor do imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no ativo não circulante nas demonstrações financeiras era de R$15.617mil. A recuperabilidade do tributo diferido ativo é fundamentada com base em projeções de resultados tributáveis futuros. Estas projeções são elaboradas e fundamentadas com base em premissas, tais como: (i) crescimento da receita; (ii) taxas de descontos; (iii) comportamento dos custos e despesas, entre outros. Tais projeções incluem incertezas e julgamento profissional que podem não se realizar no futuro, podendo alterar o prazo e plano de realização. A divulgação deste item está incluída na nota explicativa 9 às demonstrações financeiras. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às incertezas inerentes a esse tipo de estimativa e ao julgamento necessário exercido pela administração na determinação das premissas e na projeção dos resultados futuros. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) avaliação do plano de negócios sobre os quais as projeções de lucros futuros foram elaboradas e na avaliação das premissas e metodologia usadas pela administração relacionadas às estimativas de lucros tributáveis futuros, bem como as taxas de descontos aplicadas; (ii) o envolvimento de especialistas em impostos para nos auxiliar na análise dos cálculos dos tributos diferidos; (iii) a avaliação das projeções para realização dos referidos créditos tributários considerando o plano de negócios da Companhia; (iv) a avaliação se o plano de negócios considerado pela Companhia para elaboração das projeções foi devidamente aprovado pelos responsáveis pela governança; (v) a análise da consistência entre os dados utilizados na elaboração das projeções de resultados e os dados contábeis, quando aplicável; e (vi) teste da exatidão matemática dos cálculos incluídos nas projeções. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento, mensuração e recuperabilidade do tributo diferido ativo mediante disponibilidade de lucros tributáveis futuros, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Definição do valor residual de veículos: Conforme mencionado na Nota 2.j, a administração da Companhia define o valor residual dos veículos operacionais a partir do valor de venda esperado ao final de suas vidas úteis, considerando sua melhor estimativa e com base no histórico de eventos semelhantes. O valor depreciável de um veículo é a diferença entre o custo de aquisição e o valor residual estimado com base na vida útil definida que está diretamente relacionada à expectativa de renovação da frota. Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria devido à subjetividade e julgamento utilizados na definição da vida útil dos bens e do valor residual estimado. *Como nossa auditoria conduziu o assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: i) o entendimento e avaliação das premissas utilizadas pela administração na definição do valor residual de veículos; ii) revisão dos documentos que suportaram a definição das principais premissas aplicadas na definição do valor residual de veículos; e iii) análise do resultado na alienação dos veículos reconhecido durante o exercício. Adicionalmente, avaliamos as divulgações nas demonstrações financeiras com relação a definição do valor residual e vida útil dos veículos. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a definição do valor residual de veículos, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de definição do valor residual e vida útil dos veículos adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 2.j, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31/12/2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo I*nternational Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de março de 2021

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Lazaro Angelim Serruya
Contador
CRC-1DF015801/O-7